

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA – DESCRIÇÃO DO DESAFIO

#### 1. DESAFIO

1.1. A Superintendência Rede e Contencioso Cível da CAIXA busca soluções inovadoras que promovam a modernização da atuação jurídica da empresa, especialmente em processos judiciais massificados, por meio da aplicação de tecnologias emergentes como Inteligência Artificial, *Machine Learning* e *Big Data*.

1.2. A proposta visa mitigar riscos operacionais jurídicos, combater fraudes, litigância predatória e qualificar a defesa da CAIXA em juízo por meio da automatização e personalização de manifestações jurídicas, judiciais e extrajudiciais.

1.3. A solução deve ser capaz de analisar documentos recebidos do banco em diversos formatos (texto, imagem, áudio, vídeo), identificar padrões de comportamento e inconsistências, e gerar peças jurídicas fundamentadas, prontas para revisão por advogados da CAIXA.

1.4. Espera-se que a solução permita a classificação dos processos, diagnóstico da causa raiz dos litígios, avaliação da perspectiva de perda com base em jurisprudência e perfil dos envolvidos além de geração de relatórios que subsidiem melhorias sistêmicas e operacionais.

1.5. A contratação visa evoluir as práticas jurídicas da CAIXA, promovendo maior eficiência, agilidade e estratégia na atuação judicial, com impacto direto na redução de perdas e custos, aumento da qualidade das manifestações e mitigação de riscos.

1.6. A solução deve ser disponibilizada como Software como Serviço (SaaS), ser auditável, escalável, interoperável, intuitiva e atender aos requisitos de segurança da informação definidos pela CAIXA.

1.7. A inovação jurídica proposta está alinhada ao Marco Legal das *Startups* (LC nº 182/2021), à Recomendação 001/2024 do Conselho Nacional da OAB, ao Estatuto da Advocacia, à LGPD (Lei nº 13.709/2018), ao Código de Processo Civil e ao Código de Ética da OAB.

1.8. A CAIXA busca soluções que dialoguem com a agenda *GovTech/TechGov*, promovendo a transformação digital do setor público e a eficiência na prestação de serviços jurídicos.

#### 2. CONTRAPARTIDAS

2.1. Os participantes selecionados receberão benefícios por se relacionarem como parceiros da CAIXA, que podem potencializar seus serviços e produtos, criando uma parceria estratégica de grande impacto. As contrapartidas incluem:

2.2. Oportunidades de Negócios Estratégicos:

2.2.1. Ampla base de clientes, o que pode proporcionar ao participante uma exposição significativa ao mercado, principalmente se considerarmos a capilaridade nacional do banco;

2.2.2. Portas para colaborações estratégicas, como desenvolvimento conjunto de produtos ou serviços, acesso a novos mercados ou nichos específicos, entre outros, principalmente se considerarmos a amplitude de negócios variados;

2.3. Colaboração e Expertise:

2.3.1. Conte com o suporte de especialistas da CAIXA para otimizar o desenvolvimento e validação de sua inovação, principalmente em negócios que a CAIXA é líder de mercado e possui vasta experiência;

2.3.2. Colabore de forma intensiva e direcionada, acelerando seus resultados e trazendo sua solução ao mercado de forma mais eficaz.

2.4. Chancela de Prestígio:

2.4.1. O apoio e a associação com uma instituição financeira de renome como a CAIXA podem conferir à startup maior credibilidade e confiança no mercado;

2.4.2. Gere confiança junto a clientes, investidores e parceiros, destacando-se como uma organização comprometida com a excelência e a inovação.

2.5. Investimento Financeiro e/ou Econômico:

2.5.1. A CAIXA pode oferecer investimento para apoiar o desenvolvimento e aplicação da solução no mercado no valor de até R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) por Contrato Público de Solução Inovadora celebrado no prazo de 12 (dozes) meses, prorrogáveis por mais até 12 (doze) meses;

2.5.2. Esta licitação especial poderá gerar 1 (um) Contrato Público de Solução Inovadora.

2.5.3. Havendo sucesso no CPSI, a CAIXA poderá formalizar Contrato de Fornecimento no valor de até 5x (cinco) vezes, o valor de R\$ 1.600.000,00 (R\$ 8.000.000,00), pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por mais 24 (vinte e quatro) meses.

### **3. CLÁUSULAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (GRAU MÁXIMO DE CRITICIDADE)**

3.1. A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politicaseguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.

3.2. A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

3.3. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

3.4. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

3.5. A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

3.6. A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.

3.7. A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.

3.8. A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois

ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.

3.9. A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.

3.10. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

3.11. A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.

3.12. A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).

3.13. A CONTRATADA deve realizar ou contratar treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% do seguinte conteúdo.

Grau de Criticidade em SI Alto ou Máximo		
Domínio Temático	Conteúdo	Carga horária anual
Política de Segurança da Informação	- Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da CAIXA	08 horas
Tratamento da Informação	- Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso; - Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”; - Descarte seguro de informação.	
Reporte de Incidentes	- Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA	
<i>Privacy by Design e Secure by Design</i>	- Metodologia e princípios	
Fundamentos para	- Conceitos básicos de segurança digital;	
Segurança Digital	- Uso da Internet	
Segurança de Dispositivos	- Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais;	
Digitais Pessoais	- Conhecendo, configurando e usando o dispositivo; - Entendendo o dispositivo.	

3.13.1. O treinamento referido no item acima será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.

3.14. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 3.13.

3.15. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do período, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.

3.16. A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.

3.17. A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.

3.18. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:

- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 3.13 no último ano dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 3.11, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.

3.19. O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em multa de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

3.20. Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.

3.21. No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:

- a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
- b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
- c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

3.22. A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.

3.23. A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.

3.24. A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.

3.25. O treinamento de segurança da informação e proteção de dados referido no item 2.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.

3.26. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 3.13 e, caso estabelecido pela CONTRATANTE.

3.27. A CONTRATADA deve emitir relatório, anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.

3.28. O relatório referido no item anterior deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.

3.29. A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.

3.30. A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.

3.31. A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.

3.32. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 3.20 e dos demais a seguir:

- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 3.13 / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- b) Quantidade de relatórios, referidos no item 3.30, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- c) Quantidade de relatórios, referidos no item 3.30, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.

3.33. A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.

3.34. A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.

3.35. A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.

3.36. A CONTRATADA deve apresentar, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.

3.37. A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura.

#### **4. CLÁUSULAS DE PRIVACIDADE**

4.1. A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das orientações da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de dados pessoais de clientes, empregados e colaboradores da CONTRATANTE.

4.2. Para fins deste contrato, a CAIXA, doravante denominada de “CONTRATANTE”, assume o papel de Controladora de dados pessoais, e a empresa [identificar a empresa contratada], doravante denominada “CONTRATADA”, assume o papel de operadora de dados pessoais.

4.3. Para a execução da finalidade prevista no presente contrato, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA:

- a) os dados pessoais envolvidos tais como nome, telefone, CPF, número da conta bancária, endereço;
- b) a categoria dos dados: dados pessoais;
- c) a natureza das operações realizadas: coleta, armazenamento, eliminação, inclusive a eliminação de arquivos temporários.

4.4. A CONTRATADA se compromete a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir a finalidade a que se destina seu tratamento, responsabilizando-se por qualquer acesso indevido.

4.5. A CONTRATADA deve garantir a confidencialidade no tratamento de dados pessoais, protegendo-os contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada.

4.6. A CONTRATADA está autorizada a tratar, em nome da CONTRATANTE, os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato.

4.7. A CONTRATADA deverá, quando do término das atividades de tratamento de dados pessoais ou ao final do contrato, a critério da CONTRATANTE, devolver todos os dados pessoais, acompanhados de todas as cópias.

4.8. A CONTRATADA deve manter, por escrito, o registro das operações de tratamento realizadas em nome da CONTRATANTE.

4.9. A CONTRATADA deve colaborar com a CONTRATANTE no cumprimento de sua obrigação de responder às solicitações de exercício dos direitos dos titulares.

4.10. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente a CONTRATANTE o recebimento de requisição do titular de dados no exercício de seus direitos.

4.11. A CONTRATADA garantirá à CONTRATANTE a disponibilização de todas as informações necessárias para que esta consiga demonstrar o cumprimento de suas obrigações nos termos da LGPD, mantendo a documentação disponível para a realização de auditorias e quaisquer inspeções.

4.12. A CONTRATADA deve obrigatoriamente adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4.13. A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE de qualquer violação de dados pessoais imediatamente após tomar conhecimento, inclusive aplicando medidas de contenção, formalizando a ocorrência ao gestor operacional do contrato. Essa notificação deve ser acompanhada de todos os dados necessários para eventual comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao(s) titular(es) de dados pessoais.

4.14. A CONTRATADA auxiliará a CONTRATANTE com as informações necessárias para cumprimento de suas obrigações junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e quaisquer órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle, inclusive na elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

4.15. A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE em caso de solicitações judiciais e de órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle para disponibilização de dados pessoais.

4.16. A CONTRATADA deverá observar os requisitos de privacidade desde a concepção em seus produtos, processos, serviços e soluções tecnológicas relacionadas ao tratamento de dados pessoais referentes a este contrato.

4.17. A CONTRATADA somente poderá realizar transferência de dados pessoais para terceiros seguindo as instruções da CONTRATANTE ou mediante prévia autorização.



## ANEXO I – A

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

Nº	Critério	Definição	Detalhamento da Pontuação	Peso
1	Potencial de resolução	Capacidade da solução de gerar documentos jurídicos e/ou extrajudiciais, com aplicação de inteligência artificial, a partir da análise de documentação real, visando apoiar a defesa da CAIXA em juízo ou fora dele, reduzir riscos de litígios, fraudes ou práticas abusivas, subsidiar relatórios estratégicos para prevenção e melhoria sistêmica.	<p><b>Critérios de avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Capacidade de gerenciar notificações, alertas e ações proativas, incluindo o histórico dessas ações.</li> <li>o Usabilidade da solução para todos os perfis de usuários, com interface visual amigável e intuitiva.</li> <li>o Acesso a informações públicas sem autenticação e a dados restritos mediante controle de acesso seguro.</li> <li>o Integração com bases de dados abertos, como censo, redes sociais e dados governamentais.</li> <li>o Flexibilidade de perfis de acesso, permitindo diferentes níveis de interação conforme o papel do usuário.</li> <li>o Aplicação de tecnologias inovadoras, como IA, <i>machine learning</i>, <i>big data</i>, entre outras.</li> </ul> <p><b>Pontuação</b> A pontuação será atribuída conforme o grau de atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alto (4 a 5 pontos):</b> Quando houver <b>atendimento integral (100%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• <b>Médio (2 a 3 pontos):</b> Quando houver <b>atendimento parcial (50%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• <b>Baixo (0 a 1 ponto):</b> Quando houver <b>atendimento mínimo (25%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul> <p>A Comissão de Avaliação possui <b>autonomia técnica</b> para atribuir a pontuação dentro das faixas estabelecidas, com base na análise qualitativa e quantitativa dos documentos e informações apresentadas pelos licitantes, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p>	10%



2	Viabilidade da Solução	Nível de maturidade tecnológica desejável (TRL $\geq$ 6), evidenciado pela demonstração de funcionalidades aplicáveis em ambiente real, incluindo compatibilidade e interoperabilidade com sistemas e bases de dados jurídicos. Serão valorizadas soluções que comprovem validação técnica, resultados práticos e robustez metodológica.	<p><b>Critérios de avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o TRL - <i>Technology Readiness Level</i> - acima de 6;</li> <li>o Possibilidade de operar soluções acopladas;</li> <li>o Compatibilidade/interoperabilidade e com sistemas e bancos de dados;</li> <li>o Experiência na utilização de nuvem em soluções de <i>Data Science</i> ;</li> <li>o Utilização de melhores práticas em tecnologia, com otimização de custos.</li> </ul> <p><b>Pontuação</b></p> <p>A pontuação será atribuída conforme o grau de atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alto (4 a 5 pontos):</b> Quando houver <b>atendimento integral (100%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• <b>Médio (2 a 3 pontos):</b> Quando houver <b>atendimento parcial (50%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• <b>Baixo (0 a 1 ponto):</b> Quando houver <b>atendimento mínimo (25%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul> <p>A Comissão de Avaliação possui <b>autonomia técnica</b> para atribuir a pontuação dentro das faixas estabelecidas, com base na análise qualitativa e quantitativa dos documentos e informações apresentadas pelos licitantes, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p>	15%
3	Maturidade do modelo de negócio	Clareza na tese de mercado e adequação da proposta ao contexto da CAIXA, incluindo capacidade de identificar e tratar demandas jurídicas massificadas, perfil das ações judiciais e riscos correlatos.  Avalia-se também o grau	<p><b>Critérios de avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Robustez da proposta e desenvolvimento de funcionalidades que atendam ao desafio;</li> <li>o Robustez teórica da tese de solução do problema e dos modelos aplicados;</li> <li>o Modelo de empresa inovadora;</li> <li>o Competência e <i>know-how</i> para solucionar o desafio;</li> <li>o Modelos validados por métodos científicos</li> <li>o Alinhamento estratégico com a Transformação Digital da CAIXA.</li> </ul> <p><b>Pontuação</b></p> <p>A pontuação será atribuída conforme o grau de atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alto (4 a 5 pontos):</b> Quando houver <b>atendimento integral (100%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul>	15%

		de prontidão da empresa inovadora para executar o desafio com consistência e escalabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Médio (2 a 3 pontos):</b> Quando houver <b>atendimento parcial (50%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• <b>Baixo (0 a 1 ponto):</b> Quando houver <b>atendimento mínimo (25%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul> <p>A Comissão de Avaliação possui <b>autonomia técnica</b> para atribuir a pontuação dentro das faixas estabelecidas, com base na análise qualitativa e quantitativa dos documentos e informações apresentadas pelos licitantes, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p>	
4	Viabilidade econômica	Capacidade de execução compatível com os recursos financeiros disponíveis e com o custo-benefício esperado, garantindo que o desenvolvimento e a manutenção da solução possam ser absorvidos dentro das condições contratuais de um CPSI	<p><b>Critérios de avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Potencial de lucratividade alto – relação de índice de lucratividade (quanto mais acima de 1, é o ideal);</li> <li>o Custo operacional gerenciável e com adequado controle financeiro;</li> <li>o Estratégia financeira definida;</li> <li>o Viabilidade econômica competitiva;</li> <li>o Margem de lucro crescente desde a sua fundação;</li> <li>o Existência de recursos humanos e tecnológicos, com maturidade que justifica o aporte financeiro;</li> <li>o Capacidade de atendimento do escopo do desafio.</li> </ul> <p><b>Pontuação</b> A pontuação será atribuída conforme o grau de atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alto (4 a 5 pontos):</b> Quando houver <b>atendimento integral (100%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• <b>Médio (2 a 3 pontos):</b> Quando houver <b>atendimento parcial (50%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• <b>Baixo (0 a 1 ponto):</b> Quando houver <b>atendimento mínimo (25%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul> <p>A Comissão de Avaliação possui <b>autonomia técnica</b> para atribuir a pontuação dentro das faixas estabelecidas, com base na análise qualitativa e quantitativa dos documentos e informações apresentadas pelos licitantes, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p>	30%

5	Custo-benefício	Potencial de lucratividade e sustentabilidade e da solução em relação ao investimento requerido, considerando prazo, qualidade da entrega, impacto na redução de perdas financeiras, mitigação de riscos e forma de comercialização da solução no âmbito da CAIXA.	<p><b>Critérios de avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Utilização de melhores práticas em Compliance;</li> <li>o Atendimento de dispositivos legais de LGPD;</li> <li>o Atendimento da Lei de Inovação Tecnológica;</li> <li>o Atendimento do Marco Civil da Internet;</li> <li>o Utiliza as melhores práticas de gestão fiscal;</li> <li>o Atende aos critérios mínimos estabelecidos no desafio.</li> </ul> <p><b>Pontuação</b></p> <p>A pontuação será atribuída conforme o grau de atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alto (4 a 5 pontos):</b> Quando houver <b>atendimento integral (100%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• <b>Médio (2 a 3 pontos):</b> Quando houver <b>atendimento parcial (50%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> <li>• <b>Baixo (0 a 1 ponto):</b> Quando houver <b>atendimento mínimo (25%)</b> aos critérios definidos pela Comissão de Avaliação.</li> </ul> <p>A Comissão de Avaliação possui <b>autonomia técnica</b> para atribuir a pontuação dentro das faixas estabelecidas, com base na análise qualitativa e quantitativa dos documentos e informações apresentadas pelos licitantes, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p>	30%
---	-----------------	--	--	-----